



*Amin anuncia a decisão do PPR: João Alves sofre sua primeira expulsão, ficando sem partido*

## Executiva do PPR decide expulsar Alves

A executiva nacional do PPR decidiu ontem, por unanimidade, expulsar dos quadros do Partido o deputado João Alves (BA), principal acusado no escândalo do orçamento. Em menos de uma hora, os nove membros da executiva analisaram e aprovaram o parecer da comissão de ética que recomendou o desligamento do parlamentar dos quadros do partido. O deputado João Alves não foi encontrado para comentar a decisão.

O presidente do partido, senador Esperidião Amin (SC), não acredita em um desgaste do PPR em função do envolvimento de João Alves no comando da máfia do orçamento. Para o senador, os fatos que estão sendo investigados pela CPI do Orçamento não devem ser debitados na conta dos partidos, mas dos parlamentares. Ele lembra, também, que João

Alves não era nem do PPR nem de nenhum outro partido quando operou o esquema de corrupção no orçamento.

O presidente da comissão de ética, deputado Vasco Furlan (SC), ressaltou que o processo correu dentro das normas do regimento do partido com amplo direito de defesa. O pedido de expulsão partiu de dois parlamentares do partido que fazem parte da CPI do Orçamento, o deputado Fernando Freire (PPR-RN) e Pedro Pavão (PPR-SP). Todo o processo de expulsão durou 21 dias, sendo que dez foram dados a João Alves para fazer sua defesa.

**Reação** — O deputado não foi encontrado em Brasília para comentar a decisão do partido. Em sua casa a recomendação era para que se falasse com o advogado do deputado, Antônio Carlos Osório, que tentou minimizar a expulsão

afirmando que ela não é “particularmente grave”. E creditou a decisão à falta de espírito de solidariedade e companheirismo dos partidos que, segundo ele, não passam de agrupamentos de interesse.

Para Osório, a expulsão foi um ato “profundamente injusto” mas que não surpreende devido à pressão que os companheiros de partido do deputado sofreram. Para o advogado, não existem provas nem mesmo indícios veementes de envolvimento do deputado em qualquer ato ilícito.

“O partido decidiu querendo se lançar de forma positiva na sociedade. Este fato não honra a sua coragem e mostra apenas que se submeteram”, conclui. Osório vai conversar com João Alves para saber se ele está disposto a recorrer da decisão.